

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: 01/03/2015 a 31/03/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Comitiva da Bélgica discute amanhã, na CNA, relação comercial com o Brasil e as perspectivas do setor agropecuário brasileiro</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 10/03/2015.....	3
<b>Ajustes do USDA mantêm cenário global confortável.</b> Fernando Lopes, Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 11/03/2015.....	3
<b>Paraguai: junto à expansão do agronegócio, a criminalização dos movimentos</b> – Site do MST. 19/03/2015 .....	4
<b>Por que o preço internacional dos alimentos está caindo?</b> Marcelo Justo – Folha de São Paulo, BBC Brasil. 21/03/2015 .....	7
<b>Países do Mercosul debatem sobre compras públicas da agricultura familiar.</b> Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/03/2015.....	10
<b>Brasil suspende a compra de maçã e pera da Argentina.</b> Fernando Lopes e Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 25/03/2015.....	12
<b>CONTAG avança nas relações políticas no Mercorsul na 43ª REAF</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/03/2015 ...	13
<b>'Sonho da Monsanto': lei pró-transgênico chega ao congresso norte-americano.</b> Laura McCauley – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 27/03/2015 .....	13
<b>Desaceleração da China custa bilhões ao Brasil.</b> Assis Moreira –Valor Econômico, Agronegócios. 27/03/2015 .....	15
<b>ADM anuncia compra da belga AOR para crescer em óleos na Europa.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 30/03/2015.....	15
<b>Rabobank planeja ampliar fronteiras da divisão rural.</b> Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 30/03/2015 .....	15

### **Comitiva da Bélgica discute amanhã, na CNA, relação comercial com o Brasil e as perspectivas do setor agropecuário brasileiro – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 10/03/2015**

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins da Silva Júnior, recebe, nesta quarta-feira (11/3), às 17h30, o secretário de Estado de Comércio Exterior da Bélgica, Pieter de Crem, na sede da entidade, em Brasília (DF). No encontro, os dois discutirão a relação comercial entre os dois países e os desafios e as perspectivas do setor agropecuário brasileiro, entre outros temas.

A balança comercial do agronegócio entre Brasil e Bélgica teve, em 2014, superávit de US\$ 1,91 bilhão favoráveis aos brasileiros, com as exportações totalizando US\$ 2,11 bilhões, e as importações somando US\$ 200 mil. O setor respondeu por 64,3% das vendas externas totais brasileiras para o país europeu no ano passado. Os principais produtos adquiridos pelos belgas são sucos, café, fumo e derivados, produtos florestais e carnes.

---

### **Ajustes do USDA mantêm cenário global confortável. Fernando Lopes, Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 11/03/2015**

O novo relatório de oferta e demanda de grãos no mundo nesta safra 2014/15 divulgado ontem pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) praticamente não trouxe alterações no tabuleiro da soja e confirmou a confortável relação entre produção e consumo que tem ajudado, em conjunto com a valorização do dólar, a pressionar as cotações internacionais da commodity nos últimos meses.

Conforme as estimativas do órgão americano, a colheita global da oleaginosa - já encerrada no Hemisfério Norte e em fase inicial abaixo da linha do Equador - deverá atingir, como previsto em fevereiro, o recorde de 315,06 milhões de toneladas em 2014/15, 11% mais que em 2013/14. A demanda tende a crescer 5,7% na comparação, enquanto os estoques mundiais ao término da temporada, em agosto, passaram a ser projetados pelo USDA em 89,53 milhões de toneladas, um aumento de 35% sobre o ciclo anterior e também um patamar recorde.

O aumento da oferta é puxado pelos EUA, que colheram a maior safra de soja de sua história (108,01 milhões de toneladas). Para a produção do Brasil, que ocupa a segunda posição nesse ranking, o USDA também manteve sua projeção em 94,5 milhões de toneladas, 1,2 milhão a mais que o projetado pela Conab. O órgão americano também não mexeu nas previsões para a produção e para as exportações da Argentina e para as importações da China, mantidas em 74 milhões de toneladas.

No caso do milho, a expectativa de demanda mais aquecida, somada a uma revisão para baixo na estimativa para a produção global de milho levou o USDA a cortar em 4,4 milhões de toneladas a previsão para os estoques do grão ao fim da atual temporada 2014/15 em relação ao previsto em fevereiro, para 185,28 milhões de toneladas. Ainda assim, o volume é bem superior às 172,14 milhões de toneladas de 2013/14.

Para os EUA, que também lideram a produção global de milho, não houve alteração: o órgão manteve a previsão em 361,09 milhões de toneladas, um recorde. Contudo, houve uma diminuição da estimativa para os estoques americanos ao fim de 2014/15, de 46,42 milhões para 45,15 milhões de toneladas, fruto, basicamente, da tendência de alta nas exportações do grão.

O USDA não alterou sua previsão para a colheita de milho no Brasil (75 milhões de toneladas), mas elevou a projeção para as exportações para 20,5 milhões de toneladas. Nos mercados de soja e milho em Chicago, os números do USDA tiveram pouca influência.

---

### **Paraguai: junto à expansão do agronegócio, a criminalização dos movimentos – Site do MST. 19/03/2015**

*Os camponeses vivem num verdadeiro Estado de Sítio, sofrem com a repressão do Exército de um lado e com a perseguição do crime organizado de outro.*

Desde o golpe parlamentar que depôs o presidente Fernando Lugo, em 2012, os movimentos sociais vêm se organizando com mais força no Paraguai. A repressão, porém, aumentou na mesma medida. Perseguir e criminalizar os movimentos sociais é uma estratégia para enfraquecer a luta pela terra e fomentar o agronegócio explorador e o narcotráfico.

A repressão do Estado é uma herança da ditadura de Alfredo Stroessner e age em pontos estratégicos, onde há interesses de expansão do agronegócio e do narcotráfico. Apesar de um curto hiato durante o governo de Fernando Lugo, desde que Horácio Cartes assumiu a presidência, a estratégia de Estado voltou a ser aplicada com truculência.

Em apenas dez dias de governo, Horácio Cartes aprovou a Lei de Militarização e não demorou para colocá-la em prática nos departamentos de Amambay, San Pedro e Concepción, na região Norte, onde há mais interesse na expansão do agronegócio. Os camponeses vivem num verdadeiro Estado de Sítio, sofrem com a repressão do Exército de um lado e com a perseguição do crime organizado de outro.

Com o pretexto de combater um grupo guerrilheiro intitulado Exército do Povo Paraguai (EPP), o Estado invade e persegue comunidades camponesas inteiras. “No fundo o objetivo é limpar o território, remover a população camponesa, ampliar o desflorestamento e plantar soja, tudo combinado com a questão das drogas nesta área”, diz o ativista da ONG Centro Antonio Guasch, Reinaldo Bogarín Alén.

#### *Despejos e assassinatos*

Não é segredo que o presidente Horácio Cartes é um grande empresário do ramo do agronegócio, além de ser o sócio majoritário das duas maiores tabacarias do país e ter forte presença na indústria de alimentos.

Porém, Bogarín afirma, sem titubear, que o chefe de Estado também tem relações com o narcotráfico. Segundo ele, durante o governo Cartes uma série de políticas sociais retrocederam e os direitos humanos são indiscriminadamente violados. “Antes os despejos tinham um protocolo, hoje são feitos de maneira bruta e autoritária”, denuncia.

É comum que despejos sejam feitos sem aviso prévio, a polícia atua em parceria com paramilitares dos latifundiários. O sociólogo Tomás Palau Viladesau denuncia a prática em um artigo publicado no Brasil em 2008 onde ele descreve como acontecem as ações: “Mulheres e crianças são detidas, inclusive os feridos e acontecem casos de abortos devido aos golpes dados em mulheres grávidas durante os despejos. Dos camponeses os soldados roubam seus equipamentos de trabalho, destroem suas casas, seus cultivos e matam todos seus animais. Os despejos não afetam apenas os novos assentados, mas também cai sobre as antigas comunidades, inclusive as já legalizadas”.

Somente em 2014 mais de dez assentamentos sofreram perseguição e despejo, de acordo com a jornalista Abel Irala do portal E’A, trata-se de terrenos ajuizados irregularmente a generais, empresários e políticos durante a ditadura de Stroessner.

Em 2013 quatro lideranças camponesas foram assassinadas: Benjamin Lezcano, Sixto Peres, Inocencio Sanabria e Lorenzo Areco, todos na região dos departamentos de Concepción e San Pedro. Não existe investigação, não se sabe se as mortes foram causadas por paramilitares ou agentes do Estado. O fato é que a imunidade prevalece e fortalece a lei do silêncio.

#### *Vende-se*

O Instituto Nacional da Terra e Desenvolvimento Rural, equivalente ao Incra no Brasil (Inder) atua como um “agente imobiliário” do agronegócio, ao incentivar os pequenos produtores a venderem suas terras para o latifúndio.

As vendas são feitas muitas vezes forçadas e o preço pago nem sempre é o equivalente ao valor devido. Muitas famílias se veem obrigadas a desocupar suas casas e abandonar suas plantações por não conseguir enfrentar os vizinhos latifundiários.

Em inúmeras situações, devido ao uso de agrotóxicos em grandes campos de soja, pequenos cultivos de alimentos orgânicos são prejudicados e os animais não resistem à intoxicação e morrem. A população pobre não tem condições de manter seu modo de vida e são obrigadas a procurar outros meios de sobrevivência na cidade, mais de nove mil famílias são expulsas por ano.

A redução dos “camponeses” é, claramente, uma prioridade da administração de Cartes. Recentemente o ministro da Agricultura e Agropecuária, Jorge Gattini, afirmou que a população camponesa é um empecilho para o desenvolvimento rural e neste sentido o país pretende reduzir de 33% para 7% os trabalhadores do campo a fim de “fomentar o desenvolvimento” do agronegócio.

#### *Concentração de terras*

Apesar de um terço da população viver no campo, o Paraguai tem um dos índices mais altos de concentração de terra da América Latina, segundo o censo agropecuário de 2008, apenas 2,6% de empresários são detentores de 85,5% das terras, enquanto 91,4% dos camponeses dispõem de 6% da superfície agrícola. O avanço do agronegócio é inegável, em 1997 o país tinha 1.050.000 hectares de cultivo de soja, em 2004 este número cresceu para 3.254.982.

Neste cenário devastado pelo agronegócio, os camponeses resistem e fortalecem a luta pela terra por meio de coordenadorias democráticas. Em meados de fevereiro um grupo de camponeses liderado pelo Partido Paraguai Pyahurã, e outros movimentos sociais, realizou uma grande marcha que partiu de diversas regiões do interior e seguiu, por aproximadamente uma semana, até chegar na capital Assunção e iniciar uma expressiva manifestação composta por movimentos camponeses e urbanos que pedem a renúncia do presidente e de toda sua linha sucessora.

Sob o lema “Paraguai em pé por uma pátria nova”, eles pedem uma mudança completa na política econômica baseada no modelo extrativista de monocultivo de soja que força os despejos, perseguições e mortes.

O presidente deposto Fernando Lugo afirmou, em entrevista exclusiva, “não foi um golpe contra mim, foi um golpe contra o povo paraguaio”. Pouco mais de dois anos se passaram e este cenário já está muito bem desenhado. O povo paraguaio é golpeado dia após dias pela política de exploração do governo de Horácio Cartes.

Num cenário onde a violência de Estado aumenta dia após dia, a resistência popular cresce na mesma medida no campo e nas grandes cidades. A repressão do capital privado aliado ao governo, obriga a população a criar núcleos de enfrentamento a este modelo que vem devastando o ambiente e o modo de vida não só dos camponeses paraguaios, mas dos povos de vários outros países da América Latina. As coordenadorias democráticas e as grandes marchas populares podem ser o começo de uma nova resistência de esquerda frente aos interesses extrativistas internacionais

#### *A influência dos Estados Unidos*

O modelo de agronegócio imposto no Paraguai prova que a soberania não é uma preocupação do Estado, afinal, trata-se de um acordo feito com os Estados Unidos no início da década de 1960 pelo então presidente Alfredo Stroessner durante uma reunião em Montevideú. Na ocasião o ditador paraguaio decide que o país deveria ser “auto suficiente em trigo” e implementa o “Plan Trigo”, cujo objetivo é iniciar o processo de monocultura.

É neste período que acontecem as primeiras invasões em propriedades camponesas e começa a nova redistribuição de terra no país, desta vez entre os empresários “amigos” do presidente Stroessner. O plano fracassa em menos de dez anos e as Ligas Agrárias - movimentos camponeses organizados principalmente no departamento de Misiones - começam o primeiro grande processo de resistência pela terra.

No entanto Stroessner mantém o acordo e inicia um novo investimento, desta vez com a expansão da fronteira da soja em mais departamentos e o ingresso de brasileiros no Paraguai. A primeira grande devastação da agricultura capitalista têm sucesso, já na década de 1970, principalmente nos departamentos de Alto Paraná, na fronteira com o Brasil e ao Norte em Itapúa e Canindeyú. É nesta época que os empresários do agronegócio brasileiro começam a invadir o país e expulsar os camponeses, também neste período as empresas multinacionais se instalam em solo paraguaio.

Mais tarde, em meados dos anos 1990 a região do Chaco começa a ser ocupada por brasileiros para a expansão da agropecuária e a segunda grande invasão estrangeira se

dá no começo deste século quando inicia-se a plantação de produtos geneticamente modificados. Trata-se do período mais devastador para o campesinato, onde o Paraguai começa a abrir mão de sua soberania alimentar em nome dos interesses norteamericanos dominantes.

### *Monsanto e Cia*

Não demora para empresas como Monsanto e Syngenta serem as responsáveis pela maior parte da produção nacional. O uso indiscriminado de agrotóxicos e outros produtos nas plantações transgênicas transformam o Paraguai em um grande campo de experiências químicas. O bombardeio da mídia e o incentivo do Estado à plantação geneticamente modificada aumentam, na medida que as informações reais sobre este modelo são cada vez menos veiculadas. Diversos alimentos que devido ao processo químico se tornam impróprios para o consumo humano começam a ser inseridos na dieta da população mais pobre, principalmente por meio da merenda escolar. Inicia um período obscuro de doenças e distúrbios de saúde não identificados que perdura até hoje.

De acordo com o estudo do sociólogo Palau, esta expansão da soja transgênica é parte de um projeto de dominação que busca garantir o lucro de grandes corporações dos Estados Unidos e o estilo de vida da população americana.

Além da monocultura, o plano inclui a exploração, por parte de empresas norteamericanas, do gás, da água, da biodiversidade e dos minerais. A prova disto é a Lei de Aliança Público Privada aprovada no início do mandato de Horácio Cartes que dá o consentimento a essas empresas de administrarem os recursos naturais do país por cerca de 40 anos sem nenhuma contrapartida.

O deputado da Frente Guasu, Ricardo Canes afirmou, em entrevista exclusiva, “esta lei é capaz de ser ainda mais perversa do que um processo de amplas privatizações porque por meio da Aliança Público Privada as empresas lucram com os recursos naturais sem deixar nenhum tipo de investimento, querem entregar nossas águas, nosso gás, nosso minerais e até nosso ar ao capital estrangeiro”.

---

### **Por que o preço internacional dos alimentos está caindo? Marcelo Justo – Folha de São Paulo, BBC Brasil. 21/03/2015**

Os preços globais dos alimentos caíram ao nível mais baixo em quase cinco anos, com um declínio acentuado no setor dos cereais, carne e açúcar e uma estabilização das oleaginosas.

De acordo com o índice de preços da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), seguindo uma tendência que já existia, em fevereiro houve uma queda média de 1% em relação a janeiro.

O índice da FAO mede a evolução mensal global dos preços de exportação de uma cesta composta por cereais, oleaginosas, laticínios, carne e açúcar. Apenas os laticínios tiveram aumento.

Concepción Calpe, economista sênior do Departamento de Comércio da FAO, listou as razões por trás desta queda:

"Elevada produção global, preços baixos das oleaginosas, subida do dólar e demanda limitada de grandes importadores, incluindo a China. A situação atual é exatamente o oposto do que havia ocorrido em 2007 e 2008, quando houve uma disparada nos preços dos alimentos ", disse à BBC.

### *TEMPESTADE PERFEITA*

Em 2007 e 2008, a China crescia a taxas de dois dígitos, os preços do petróleo estavam nas nuvens, a demanda havia estimulado altos investimentos e bancos e fundos de pensão aqueciam o mercado mundial de bens básicos.

As peculiaridades dos países produtores influem no preço final do produto

Foi a "tempestade perfeita" sobre os preços dos alimentos e outras matérias primas, que atingiram níveis exorbitantes pouco antes da crise financeira de 2008.

O panorama agora é exatamente o oposto.

Em fevereiro, os cereais caíram 3,2% em relação a janeiro; a carne, 1,4%, e o açúcar 4,9%, enquanto as oleaginosas ficaram estáveis.

Apenas os produtos lácteos aumentaram (4,6%).

"Além de fatores comuns, como o preço do petróleo e do dólar, cada produto tem sua própria dinâmica, que depende das peculiaridades de seu mercado", disse Calpe.

A queda do trigo respondeu ao aumento da produção de grandes exportadores.

Na carne, houve uma clara diferença entre carne bovina, de carneiro e cordeiro, que perderam valor, ante os preços mais estáveis de aves e o aumento de suínos.

Em relação ao açúcar, a queda foi devido ao aumento da produção do Brasil, o maior exportador do mundo, e o anúncio de subsídios para as exportações da Índia.

No caso das oleaginosas, que englobam da soja ao azeite de oliva, pesaram os subsídios ao biodiesel na Indonésia e o impacto das inundações em um dos maiores produtores, a Malásia.

### *SOBE E DESCE*

A relação entre o preço internacional do produto e o que paga o consumidor paga é complexa.

Um fenômeno comum é que os preços ao consumidor subam quando há um aumento nas exportações, mas com menos frequência caem quando elas diminuem.

Este fenômeno é muitas vezes visto no preço da gasolina, que flutua com os valores internacionais do petróleo, ou com o pão e massa, influenciados pelo preço do trigo.

"O preço pago pelo consumidor depende de muitos fatores. O transporte, as margens de lucro dos supermercados, os diferentes intermediários na cadeia. O consumidor não compra trigo. Compra pão ou massa, que tem entre seus ingredientes o trigo. A isso se



somam outros fatores, como o câmbio, que tem impacto tanto para países importadores como exportadores", observa Calpe.

### *DÓLAR*

A desvalorização da moeda local pode produzir um forte aumento dos preços em um país que importa alimentos, já que é preciso pagar mais em dólares pelos produtos comprados.

Curiosamente, o efeito pode ser semelhante em alguns países exportadores, porque a desvalorização favorece as vendas externas.

Os preços ao consumidor acabam aumentando no próprio país, porém, porque os exportadores procuram igualar o preço no mercado interno, em moeda local, ao que obteriam em dólares se vendessem para o exterior.

Há temor de retorno a sistema em que trocas comerciais desfavoreciam países em desenvolvimento

Os preços também são afetados pela estrutura socioeconômica e política dos países dominantes em cada mercado.

Laticínios, grãos e carnes têm uma forte presença nos EUA, Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Brasil e Europa.

Em mercados como o cereal se somam a estes países Ucrânia e Cazaquistão.

Em oleaginosas, Brasil, Malásia, Indonésia, EUA e Argentina são os atores dominantes.

As peculiaridades de cada um desses países terão impacto sobre o valor final do produto.

### *TENDÊNCIA HISTÓRICA*

Em grande parte do século 20, a evolução do preço de produtos primários - incluindo alimentos - era muito inferior ao de produtos manufaturados exportados pelos países desenvolvidos.

Essa situação ficou conhecida como "teoria das trocas desiguais".

Ela dificultava as perspectivas de desenvolvimento de países que dependiam de produtos primários para alavancar suas economias.

"Esta situação mudou em 2007, 2008, com a incorporação da China e da Índia ao mercado global e gerou muito interesse em bancos e instituições financeiras, que começaram a ter seus próprios departamentos de commodities. Muitos dizem que esta presença financeira afetou os preços por meio de especulação. Não há nenhuma pesquisa conclusiva sobre isso, mas o que está claro é que teve influência na volatilidade dos preços", diz Calpe.

A mudança favorável nos termos de troca de produtos manufaturados e produtos primários permitiu um enorme crescimento econômico e social de países em desenvolvimento, como visto na América Latina.

Entre 2002 e 2012, a região cresceu a uma média de 5% ao ano e tirou cerca de 100 milhões de pessoas da pobreza.

Mas há um ponto de interrogação sobre as perspectivas econômicas da região.

### *FUTURO*

Será que estamos voltando para o modelo exclusivo de troca desigual entre produtos manufaturados e primários que existia no século 20?

O mercado de alimentos, muitas vezes, tem um comportamento diferente das commodities industriais.

Enquanto este último depende mais do crescimento da economia mundial por causa de sua ligação direta com os processos de produção - petróleo, cobre ou aço são exemplos clássicos - os alimentos têm uma demanda menos variável.

A não ser que haja uma crise extrema, os países continuam a consumir alimentos.

Ainda assim, muitos bancos e departamentos estão fechando seus departamentos de commodities.

Na FAO, impera a cautela na hora de fazer futurologia sobre o comportamento do mercado de alimentos.

"Eles dependem de muitos fatores. Em termos de oferta e demanda, vemos uma tendência de queda, mas como se pode prever o preço do dólar ou do petróleo ou as políticas agrícolas dos países ou fatores que afetam a oferta e clima? São muitas variáveis para fazer uma previsão exata", disse Carpe à BBC.

Ainda assim, os exportadores de alimentos na região devem se preparar para tempos de vacas magras.

---

### **Países do Mercosul debatem sobre compras públicas da agricultura familiar. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/03/2015**

Representantes do Governo Federal e da sociedade civil do Brasil se reúnem, entre os dias 24 e 27 deste mês de março, com líderes da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O encontro, em Quito, faz parte do II Programa de Intercâmbio de Experiências sobre Modelos de Gestão de Políticas de Compras Públicas da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf).

A intenção do Programa é promover um processo de intercâmbio entre gestores e representantes de movimentos sociais envolvidos no tema das compras públicas com o objetivo de compor um grupo com conhecimento sobre a realidade regional, ao mesmo tempo em que as discussões contribuem para a estruturação e aprimoramento de políticas neste tema em cada país.

O diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (Degrav) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Marcelo Piccin, será um dos porta-vozes brasileiros durante o intercâmbio. Para ele, a participação do MDA vai colaborar

com a inclusão dos agricultores familiares nos circuitos comerciais e gerar oportunidades para o desenvolvimento dos países. “O Brasil é referência internacional na formulação de políticas públicas. No MDA, temos programas que são símbolos disso, que demonstram a importância dos programas de compras públicas no Brasil e, também, a aptidão dos agricultores familiares nesse processo”.

Com a experiência dos módulos anteriores, o diretor considera que os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal, continuarão sendo destaque nas estratégias nacionais de segurança alimentar e nutricional, além de fomentar a produção de alimentos, geração de emprego e renda e ordenamento dos territórios.

“O PAA possibilita a compra direta da agricultura familiar, de alimentos que foram articulados na distribuição para a rede de proteção e promoção social no Brasil. É um programa que envolve vários ministérios e áreas diferentes do governo com sucesso. Já a aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE é um amadurecimento dessa experiência. São 47 milhões de estudantes – mais que toda a população da Argentina – se alimentando melhor e promovendo a qualidade de vida no campo”, salientou.

#### *Agenda de trabalho*

Neste segundo módulo do Programa, haverá um primeiro momento de atualização de informações sobre Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Depois, os participantes vão se aprofundar sobre a experiência do Equador.

O terceiro, quarto e quinto módulos do Programa de Compras Públicas da Agricultura Familiar devem ser realizados ainda este ano. Os encontros devem ocorrer no Paraguai, Bolívia e Venezuela, respectivamente.

“No módulo passado, o grupo compartilhou práticas brasileiras, argentinas, uruguaias e chilenas. Nesse segundo módulo, faremos uma atualização dessas experiências e vamos nos debruçar no que tem feito o governo do Equador. No fim de todas essas rodadas, poderemos sistematizar uma estratégia que atenda todos”, concluiu Piccin.

#### *Exemplos brasileiros*

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, são programas intersetoriais que buscam efetivar e operacionalizar a associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar.

O PAA estimula a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Já o PNAE, após as mudanças feitas na regulamentação em 2009, determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar devem ser usados para a compra de produtos da agricultura familiar. Assentados da reforma agrária, indígenas e comunidades quilombolas têm prioridade no processo de seleção dos fornecedores.

## *Reaf Mercosul*

A Reaf foi criada em 2004, por sugestão do governo brasileiro, como órgão assessor do Mercosul para temas relacionados à agricultura familiar. O método de funcionamento está baseado na participação de governos e sociedade civil, que têm direito à voz em todas as instâncias de trabalho da Reunião.

O objetivo é implementar uma política regional voltada ao fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Mercosul. A iniciativa propõe também contribuir com a integração social, econômica e comercial do Mercado Comum por meio da diminuição das desigualdades no campo e consolidação de programas governamentais para o setor.

---

### **Brasil suspende a compra de maçã e pera da Argentina. Fernando Lopes e Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 25/03/2015**

O Ministério da Agricultura brasileiro confirmou as expectativas e anunciou, no fim da tarde de ontem, que decidiu suspender as importações de maçã, pera e marmelo da Argentina. Válido para as frutas frescas, o embargo foi adotado em consequência da identificação da praga *Cydia pomonella*, conhecida como traça da maçã, em carregamentos provenientes do país vizinho recentemente.

Segundo o ministério, "a suspensão dos três produtos será válida até que o sistema argentino para mitigação de riscos relacionados à praga seja adequadamente reavaliado". Em comunicado, a ministra Kátia Abreu afirma que, ainda que tome todos os cuidados e precauções, o Brasil "não pode transigir" em questões ligadas à defesa sanitária e ao controle de pragas e doenças.

O ministério lembrou que a *Cydia pomonella*, que prejudica especialmente as plantações de maçã, foi totalmente erradicada no Brasil no ano passado. E informou que as autoridades sanitárias brasileiras identificaram a presença de insetos vivos de *Cydia pomonella* em 15 carregamentos de pera e maçã vindos da Argentina no primeiro trimestre de 2015.

"Uma auditoria oficial do Brasil no sistema de mitigação de risco da Argentina estava programada para o mês de março, mas, a pedido daquele país, foi postergada para abril. Recentemente, o governo argentino solicitou mais uma vez o adiamento da auditoria. O Ministério da Agricultura, no entanto, entende que é necessário manter a data anteriormente acordada para que seja possível inspecionar as plantas ainda no campo, considerando o período produtivo das lavouras", diz o comunicado divulgado pela Pasta.

Conforme adiantou o Valor PRO serviço de informações em tempo real do Valor, as importações brasileiras de maçãs alcançaram 116 mil toneladas em 2014. Desse total, 49,7 mil toneladas foram adquiridas da Argentina.

A medida reforça o ânimo dos produtores brasileiros. Sobretudo os de maçã, que já encontravam na valorização do dólar - que perdeu força nos últimos dias - motivos para comemorar, já que o movimento cambial vinha desestimulando as importações, gerando a alta dos preços internos e incentivando as exportações.

---

## **CONTAG avança nas relações políticas no Mercosul na 43ª REAF – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/03/2015**

Governo e Sociedade civil realizaram nos dias 18 a 20 de março, em Brasília – DF, a 43ª Seção Nacional Brasileira da REAF. A reunião iniciou na sede da CONTAG, com a participação somente dos representantes da sociedade civil, que nesta oportunidade construíram coletivamente 08 propostas, que foi entregue a Coordenadora Nacional da REAF na abertura da Seção Plenária.

Dentre as solicitações, destacam-se a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre os assalariados (as) rurais e a retomada na pauta do tema sobre a estrangeirização das terras juntamente com a regularização fundiária, além de outras proposições. A Seção Nacional também foi inaugurada com a apresentação da nova coordenadora, Cristina Timponi Cambiaghi, chefe da Assessoria para Assuntos Internacional e de Promoção Comercial.

Na oportunidade, o vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da CONTAG, Willian Clementino, fez uma explanação dos resultados do Ano Internacional da Agricultura Familiar – AIAF 2014. “O ano da Agricultura Familiar contribuiu para visibilidade mais profunda dos movimentos sociais, além de mostrar a importância de uma alimentação saudável. Precisamos fortalecer a agricultura familiar em 2015, ano internacional dos solos”, acredita Willian Clementino.

A Seção Nacional é um espaço importante para aprofundar as demandas dos grupos de trabalho que irão subsidiar a XXIII REAF MERCOSUL, que acontecerá em junho no Brasil.

Dentre os principais encaminhamentos, destacam-se a realização de uma oficina de trabalho sobre a implementação do Selo do Mercosul, a importância do debate sobre agroecologia e sementes, ações voltadas para a juventude rural e equidade de gênero. Os grupos de trabalho voltarão a se reunir na Seção Nacional em maio para preparar estratégias para a XXIII REAF MERCOSUL, quando Contag incidirá decisivamente para o avanço das políticas públicas para a Agricultura Familiar e Camponesa no Brasil e MERCOSUL.

---

## **'Sonho da Monsanto': lei pró-transgênico chega ao congresso norte-americano. Laura McCauley – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 27/03/2015**

*O representante republicano do Kansas, Mike Pompeo, irá reintroduzir uma lei que não permite que os estados exijam a rotulação dos transgênicos.*

A batalha pelos organismos geneticamente modificados chegou ao Capitólio na quarta-feira quando foi divulgado que o representante republicano do Kansas, Mike Pompeo, irá reintroduzir uma lei que não permite que os estados exijam a rotulação dos transgênicos.

A legislação garante autoridade ao Secretário de Saúde e Serviços Humanos para decidir sobre a rotulação de transgênicos e estabelece padrões particulares para qualquer marca que contenha reclamações de que foram ou não usados transgênicos na produção

de comida – dificultando quaisquer tentativas da Administração de Alimentos e Drogas de passar a lei em âmbito federal.

Além do mais, a lei impede qualquer requerimento local ou estadual e, desta maneira, iria anular leis existentes em Vermont, Connecticut e Maine - o que configura um ataque à soberania dos estados.

Ronnie Cummins, diretor internacional da associação de consumidores Orgânicos disse que a lei de Pompeo “não é somente anticonsumidor mas também antidemocrática e contra os direitos dos estados.”

Cummins continuou: “entendendo que estão perdendo a batalha no âmbito estadual para manter os consumidores no escuro sobre a sua comida ser ou não geneticamente modificada, a Monsanto e seus servos agora estão preparados para abolir as escolhas do consumidor e anular os direitos constitucionais dos estados de forma que continuem a nos alimentar – à força – com transgênicos.”

Chamando a lei de “sonho da Monsanto” Wenonah Hauter, diretora da Food & Water Watch, escreveu na quarta-feira: “aparentemente, a onda de progresso no âmbito estadual para com as rotulações de transgênicos deixou irritados os gigantes que vendem os GMOs ou que produzem comida processada com o ‘veneno’. Então, sua associação de mercado, a Associação dos Fabricantes de Alimentos, decidiu cortá-los desde o início orquestrando uma lei federal que não permita que os estados entrem no jogo da rotulação.”

A lei está sendo introduzida a menos de uma semana depois de a OMS ter dito que o químico glifosato, achado nos herbicidas fabricados pela Monsanto e Dow e usado amplamente nas plantações transgênicas, é provavelmente cancerígeno.

Pesquisas mostram que mais de 90% dos consumidores acreditam que as comidas feitas com transgênicos deveriam ser rotuladas. Além disso, 64 países ao redor do mundo já têm leis que requerem a rotulação dos GMOs. “Apoiadores dessa lei estão tentando afastar essa informação básica de seus eleitores,” disse Scot Faber, vice presidente sênior de relações do governo para o Grupo de Trabalho Ambiental.

Críticos da lei prometeram uma luta e já estão circulando com petições pedindo aos legisladores que bloqueiem essa lei.

Também na quarta-feira, o Comitê de Agricultura Familiar coordenou um debate sobre leis mandatórias de rotulação de biotecnologia para discutir a emenda proposta que iria demandar federalmente a rotulação dos GMOs, a qual é apoiada por grupos de segurança alimentar e advogados anti-GMO, incluindo o chef Tom Colicchio.

Em uma teleconferência seguida do debate do Comitê da Agricultura, presidente da ‘Just Label It’ Gary Hirshberg disse que o incentivo contra a rotulação foi “uma tirania econômica sendo exercida por companhias que querem proteger o status quo.”

“Rotulação obrigatória dá opções aos consumidores.” Hirshberg adicionou que a lei Dark (como é chamada por seus críticos), “é realmente diabólica e enganosa. Faz parecer que os patrocinadores apoiam a transparência mas na realidade a evitam”.

---

**Desaceleração da China custa bilhões ao Brasil. Assis Moreira –Valor Econômico, Agronegócios. 27/03/2015**

O crescimento da economia chinesa deve declinar de 7% neste ano para 4,2% em 2024 e essa desaceleração, entre outros reflexos, reduzirá em alguns bilhões de dólares o ritmo de expansão das exportações agrícolas brasileiras. Esse é o cenário traçado pela FAO (agência para agricultura e alimentação das Nações Unidas) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em versão preliminar do relatório conjunto que as entidades divulgarão sobre as perspectivas do agronegócio global nos próximos dez anos, ao qual o Valor teve acesso. O trabalho, cuja versão definitiva será divulgada no 2º semestre, inclui um capítulo de mais de 50 páginas sobre o setor no Brasil, o quinto maior do mundo.

---

**ADM anuncia compra da belga AOR para crescer em óleos na Europa. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 30/03/2015**

SÃO PAULO - A ADM (Archer Daniels Midland), uma das maiores empresas do agronegócio mundial, anunciou nesta manhã que chegou a um acordo para a compra da AOR N.V., uma empresa de envasamento de óleos de capital fechado, sediada na Antuérpia (Bélgica).

A AOR é líder no envasamento e na distribuição de óleos vegetais na Europa, com clientes em todo o continente e exportações substanciais. Entre as suas marcas estão a Oilio e a Coroli.

“Esta aquisição nos permitirá expandir nossa oferta de produtos aos clientes na Europa, possibilitando a [nossa] entrada nos mercados varejistas e de ‘food service’ e, dessa forma, aumentar a habilidade em exportar produtos de maior valor agregado”, afirmou Matt Jansen, presidente do negócio de processamento de óleos da ADM. O executivo acrescentou que a ADM continua, assim, a executar sua estratégia de elevação de retornos ao otimizar o seu core business.

A ADM não revelou detalhes financeiros sobre a operação, que ainda necessita de aprovação das autoridades reguladoras.

---

**Rabobank planeja ampliar fronteiras da divisão rural. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 30/03/2015**

Conhecido pelo "DNA" agropecuário, o banco de origem holandesa Rabobank pretende expandir sua área geográfica de atuação no Brasil como parte da estratégia que busca manter o crescimento anual de suas operações no segmento rural no país na casa dos dois dígitos.

Com ativos totais que superam a marca de US\$ 6 bilhões no mercado brasileiro, o Rabobank conta por aqui com mais de 1,3 mil clientes, dos quais 1.040 no segmento rural. A divisão é responsável pelas operações de financiamento a grandes produtores, e atualmente os que se dedicam aos grãos - sobretudo em Mato Grosso e no "Mapitoba"

(confluência dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) representam mais de 50% da carteira.

"Uma das novas fronteiras para os nossos negócios serão os grandes produtores de frutas do Vale do São Francisco", afirmou Fabiana Alves, diretora-executiva responsável pela divisão Rural Banking da instituição no país. Fabiana foi nomeada para o cargo em novembro, em substituição a Antonio Carlos Ortiz, que deixou o banco, e teve seu nome aprovado pelo Banco Central em fevereiro.

Para conseguir cumprir o objetivo de manter o crescimento anual de sua divisão em dois dígitos, Fabiana confia em sua experiência de mais de duas décadas com o pé na terra. Formada em agronomia na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, Fabiana iniciou sua carreira trabalhando em um projeto de produção integrada de leite de alto valor agregado.

No fim da década de 1990 foi para a Sucos Del Valle, que estava iniciando suas operações no Brasil, depois fez consultorias, e em 2004 se mudou para os Estados Unidos, onde concluiu em 2008 seu MBA focado em negócios sustentáveis.

Foi recrutada pelo Rabobank nos EUA e depois transferida para o Brasil. Antes de assumir a diretoria-executiva responsável pelo segmento rural, que hoje conta com 16 agências e 125 funcionários, trabalhava na área de consultoria do banco.

"No segmento rural, os principais desafios de nossos clientes atualmente são gestão e governança, logística e sustentabilidade", afirma Fabiana. Além da expansão geográfica prevista, diz ela, também é possível desenvolver melhor a atuação do Rural Banking na pecuária. Agroindústrias e cooperativas são atendidas pela divisão "corporate" da instituição.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa